

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4752/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 36ª Zona Eleitoral no período de 30.8 a 1º.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4753/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 11ª Vara do Juizado Especial de Campo Grande no dia 31.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4754/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4755/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo nos dias 11 e 12.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4756/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral nos dias 11 e 12.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4731/2023-PGJ, DE 1º.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 1 (um) dia de compensação no dia 25.8.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada em 2022, nos termos dos artigos 33 e 36 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4732/2023-PGJ, DE 1º.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 18.8.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4730/2023-PGJ, DE 1º.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2601/2023-PGJ, de 29.5.2023, que indeferiu à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “no período de 1º a 30.8.2023”, passe a constar: “nos períodos de 1º a 17.8.2023 e 21.8 a 2.9.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4750/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3660/2023-PGJ, de 5.7.2023, que concedeu à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos nos dias 18 e 19.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4751/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3659/2023-PGJ, de 5.7.2023, que concedeu à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2019/2020 e 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 15.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4734/2023-PGJ, DE 1º.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder, em caráter liminar, à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja licença para elaboração e qualificação da dissertação de curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 11.9.2023, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016 (PGA nº 02.2023.00105412-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4745/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia da comarca de Campo Grande no período de 9 a 11.8.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 3497/2023-PGJ, de 29.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4743/2023-PGJ, DE 1º.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro 8 (oito) dias de licença por luto no período de 28.8 a 4.9.2023, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4759/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande nos dias 12 e 14.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4747/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 1 (um) dia de compensação no dia 6.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão em 2022, nos termos dos artigos 33 e 36 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4746/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 2 (dois) dias de compensação nos dias 11 e 12.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado em 2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4748/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 2 (dois) dias de compensação nos dias 30.11 e 1º.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado em 2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4749/2023-PGJ, DE 4.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 4 (quatro) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídos no período de 4 a 7.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4792/2023-PGJ, DE 6.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Geovani Lopes Marques, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 73ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 22ª e 23ª Promotorias de Justiça da referida Comarca, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1002/2023 - PGJ, DE 6.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Cristina Beraldo de Andrade 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.8 a 1º.9.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1003/2023/PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Adriano Barrozo da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	5	2 a 6.10.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1004/2023/PGJ, DE 6.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	6 a 15.12.2023	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4766/2023-PGJ, DE 4.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marcelo Maruyama, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento da servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4779/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Bruno Angelo Castelete, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 5 e 6.9.2023, em razão de afastamento da servidora Elisman da Costa Vargas, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4780/2023-PGJ, DE 5.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Everaldo Almeida dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Maracaju, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 11 a 29.9.2023, em razão de afastamento da servidora Liliane Rosa da Silva, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4781/2023-PGJ, DE 5.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos períodos de 4 a 6.9.2023 e de 11 a 15.9.2023 e nos dias 18 e 19.9.2023, em razão de afastamento da servidora Adriana Vargas dos Santos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4782/2023-PGJ, DE 5.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 65ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 20 a 29.9.2023, em razão de afastamento do servidor Fernando da Costa Rocha, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4784/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guaraci Mendes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.8 a 1º.9.2023, em razão de afastamento da servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-997/2023/PJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Eliane Angelina Simoes Moreira Só e Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 6 a 25.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.11 a 6.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-998/2023/PJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Adilson Arruda Leão, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-999/2023/PJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1451/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias à servidora Agnes Juliane Cardoso Fonseca de Melo, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.12.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 6 a 15.12.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1000/2023/PGJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-196/2023-PGJ, de 15.2.2023, que concedeu férias ao servidor Nadson Matheus Borges, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 20 a 29.11.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 6 a 15.11.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1001/2023/PGJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1005/2023/PGJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ananda Rodrigues Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 10 a 29.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1006/2023/PGJ, DE 6.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Joana Maria Diedrich, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 1º a 10.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1007/2023/PGJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Francieli Ataíde de Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 19 a 28.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0020/2023/02PJ/CBA****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000618-0.****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000618-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Dionaldo Venturelli Júnior

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado do Inquérito Civil n.º 06.2023.00000618-0, para apurar a regularidade da supressão de 92,42 hectares de vegetação nativa, no interior do imóvel rural “Fazenda Nossa Senhora Aparecida” (antiga “Fazenda Boa Sorte”), sem a correspondente autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente e contrariando as normas legais e regulamentares, bem como buscar as medidas reparatórias necessárias para tanto. O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Nossa Senhora Aparecida”, Transcrição das Transmissões n.º 26.713, no Município de Corumbá/MS, e consequentemente responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Nossa Senhora Aparecida”, Transcrição das Transmissões n.º 26.713, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. 2) Manifestado o *interesse* em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a recolher a taxa de reposição florestal junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL referente à supressão irregular de 65 hectares, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo. Quanto à obrigação inserta na primeira parte do *caput* da cláusula quinta, o Compromissário assume o compromisso de juntar, aos autos, o comprovante de pagamento da taxa de reposição florestal, no prazo de 10



(dez) dias a contar do pagamento. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 16.250,00 (dezesesseis mil e duzentos e cinquenta reais)¹, o equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare de vegetação nativa remanescente, parcelado em até 05 (cinco) vezes de R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor da 2ª Companhia de Polícia Militar Ambiental da Comarca de Corumbá/MS, a ser creditada na conta bancária do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL (*Banco Bradesco n.º 237, Agência n.º 0188, Conta Corrente n.º 62.412-8, CNPJ n.º 16.729769/0001-85*). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato, o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 04 de setembro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0021/2023/02PJ/CBA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000952-2.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00000952-2 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Carlos de Castro Neto

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado do registro do Inquérito Civil n.º 06.2023.00000952-2, registrado para apurar a regularidade da supressão de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 1004), no período de 25/02/2022 a 30/07/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, pertencente a Carlos de Castro Neto (CPF n.º 360.774.029-15), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora da área objeto da Autorização Ambiental n.º 2029/2021. O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, localizado no Município de Corumbá/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). 2) Manifestado o interesse em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a elaborar projeto e protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento de retificação do CARMS0020471 para regularizar a área de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior

¹ Valor obtido da multiplicação de 65 ha de área remanescente de vegetação nativa por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).



do imóvel rural “Fazenda São Lourenço”, matrícula n.º 11.544, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)², parceladas em até 02 (duas) vezes iguais no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor do Associação Mais Pantanal (antigo GAPA – Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Corumbá e Ladário), mediante transferência bancária (*Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0018, Operação 003, Conta Corrente 2666-5, CNPJ nº 14.512.336/0001-48*), para execução do programa de castração apresentado neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 05 de setembro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0032/2023/PJ/DPS.

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000380-6.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00000380-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Anônimo.

Interessado: Município de Deodápolis, DONIZETE JOSE DOS SANTOS.

Objeto: Apurar eventual irregularidade na cedência do servidor público estadual Donizete José dos Santos, matrícula nº 80136023, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, pelo Estado de Mato Grosso do Sul ao Município de Deodápolis/MS, com ônus à origem, com efeito a partir de 29/9/2022 até 31/12/2022..

Deodápolis/MS, 01 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

² Valor obtido da multiplicação de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).

**EDITAL Nº 0041/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000458-2.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00000458-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Anônimo.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Buriti – Comércio de Lenha, Carvão e Serviços Ltda., pela Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 05 de setembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

JARDIM

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2020.00001309-1.**RECOMENDAÇÃO 0005/2023/02PJ/JIM**

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO o artigo 2º, caput, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica Nacional;

CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal supramencionado, em seus artigos 67, § 1º, inciso III, e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, "atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes" e "efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área";

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93; e artigo 46, inciso VI, “b”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas



necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes municipais (art. 27, I, Lei Federal n.º 8.625/93);

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que os atos contrários à Constituição ou à Lei são inoperantes e não produzem qualquer efeito jurídico, tornando-se passíveis de invalidação pela própria Administração;

CONSIDERANDO que foi constatado durante o trâmite do Inquérito Civil nº 06.2020.00001309-1 que alguns servidores que estavam lotados como "assessor de secretário", "coordenador de departamento", na verdade desempenhavam função de motorista na Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna;

CONSIDERANDO que foi realizado concurso público no âmbito da referida preferida, de modo que vários cargos de motoristas foram ocupados por servidores efetivos;

CONSIDERANDO que para os cargos de motoristas ainda necessários, foi realizado processo seletivo, conforme documentos recebidos por esta Promotoria de Justiça por meio do ofício nº 12/2023, constante nas p. 154-181 do IC;

CONSIDERANDO que ainda remanesce a irregularidade quanto aos servidores Walfrido Vilalba Ramos e Marlon Crispim Barbosa, visto que atualmente estão lotados ocupando os cargos de Assessor de Secretário e Coordenador de Departamento de Transporte Sanitário, respectivamente, porém, eventualmente exercem a função de motorista.

RESOLVE:

RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS, que tome providências a fim de não mais atribuir a servidores, não ocupantes do cargo de motorista, tarefas inerentes à esta função e estranhas aos cargos para os quais foram nomeados, evitando desvio de função no âmbito da Administração Pública Municipal.

REQUISITA-SE, desde já, que esta Promotoria de Justiça seja informada, no prazo de 05 (cinco) dias, de todas as medidas administrativas eventualmente implementadas em razão da presente recomendação.

REQUISITA-SE que, de acordo com o disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 8629/93, bem como art. 45³, parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, seja dada à presente recomendação a sua adequada e imediata divulgação, preferencialmente através de publicação da mesma no Portal da Transparência da Prefeitura de Guia Lopes da Laguna/MS.

ADVERTE-SE que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para solução da irregularidade e para a eventual responsabilização pessoal.

Encaminhe-se para publicação no DOMP.

Jardim/MS, 30 de agosto de 2023.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

³ Art. 45. Expedida a recomendação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre a sua adoção ou não. Parágrafo único. Será requisitada ao destinatário da recomendação sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta por escrito.

**PONTA PORÃ**

EDITAL N° 0016/2023/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009291-1
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Unidade Educacional de Internação - UNEI Mitaí
Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção no programa de internação desenvolvido pela Unidade Educacional de Internação de Ponta Porã - UNEI Mitaí, referente ao 2º semestre de 2023

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2023

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

EDITAL N° 0017/2023/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009294-4
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Abrigo "Erika Franco Sanabria"
Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas na instituição de acolhimento de Antônio João ("Erika Franco Sanabria"), referente ao 2º semestre de 2023

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2023

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

EDITAL N° 0018/2023/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009296-6
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Instituição de Acolhimento "Casa Lar"
Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas na instituição de acolhimento de Aral Moreira ("Casa Lar") referente ao 2º semestre de 2023

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2023

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0019/2023/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009298-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Instituição de Acolhimento "Seu Félix"

Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas na instituição de acolhimento de Ponta Porã ("Seu Félix"), referente ao 2º semestre de 2023.

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2023

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça